



SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ

Questões preliminares

1. Governo de Coalizão
2. Construção de uma nova hegemonia política no RS
 1. “Temos uma nova hegemonia que vem reorganizando o estado, com uma visão democrática e popular”, destacou Tarso, “que se aproximou dos vários segmentos da sociedade como os empresários e os trabalhadores, formando ainda uma maioria programática na Assembleia”. Tarso Genro, em 27 de agosto de 2011
3. Sistema de Participação
 1. “A democratização do Estado através de um sistema que garanta ampla participação da sociedade, a promoção da justiça e da inclusão social, o fomento ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável foram e são marcas das nossas gestões nos diferentes níveis de governo. Queremos reafirmá-las como temas centrais de nosso projeto de governo.” Programa de Governo da Unidade Popular pelo Rio Grande.

Setores e instâncias de participação no estado

Orçamento Participativo – 22 anos

Consulta Popular – 13 anos

Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes – 20 anos

Conselhos Municipais de Desenvolvimento – Comudes – 20 anos

Conselhos Setoriais de Direitos e de Políticas – (20 estaduais + 5.000 municipais)

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Participação Virtual: Gabinete Digital, Portal da

Participação, portais dos órgãos, twitters dos órgãos, ...

COREDES

Lei estadual nº 10.283 de 17 de outubro de 1994.

Fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações relacionadas aos processos de desenvolvimento regional do RS.

Principais objetivos: promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; integração dos recursos e das ações do governo nas regiões; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região e a preservação e a recuperação do meio ambiente.

REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO

Origem: Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão – SEPLAG

Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015

Critérios das RFP

- Homogeneidade econômica, ambiental e social;
- Adequação de variáveis correspondentes para identificação de polarizações.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL - CDES-RS

- Um fórum que reúne empresários, trabalhadores, produtores rurais, agricultores familiares, movimentos sociais, universidades, sindicatos e representações da sociedade civil organizada.
- Objetivo 1: criar condições políticas para a concertação de um caminho estratégico para o estado em um ambiente de mediação de conflitos e interesses, e de construção de consensos.
- Objetivo 2: apontar diretrizes de ação programática a respeito dos investimentos públicos em logística, infraestrutura, políticas públicas de educação, saúde, segurança, meio ambiente, geração de emprego e renda, inovação tecnológica.

Observações

- A sociedade civil organizada gaúcha tem noção geral da realidade através da campanha eleitoral, dos programas de governo, dos Coredes, dos conselhos setoriais, das consultas populares e de outros fóruns. Precisa uma síntese qualificada desta realidade - com recorte econômico, social, regional e democrático - colhida de todas as produções realizadas
- Os processos participativos precisam incluir e qualificar a participação de todos os demais cidadãos gaúchos.

Diferenças entre município e estado

- “Estados subnacionais possuem características como a grande extensão territorial e populacional, diversidade de interesses regionais e municipais, sobreposição de autoridades, uma complexa burocracia, grande diferença nos níveis e padrões de organização social em relação ao município e uma definição insuficiente do papel do estado para o cidadão”

Cláudia Feres Faria - Tese de Doutorado: O Estado em Movimento: Complexidade Social e Participação Política no Rio Grande do Sul. Disponível em ...

Complexidade da Implantação de processos participativos no estado

“O problema da sobreposição de autoridades gerou uma série de conflitos envolvendo vários setores representativos do Estado. Entidades representativas de diversos segmentos da população gaúcha - Coredes, Famurs, Uvergs e o Legislativo estadual - resistiram à implantação do OP estadual, gerando uma reação que precisou ser intermediada pelo poder Judiciário dado a ausência de diálogo entre as partes. Esse padrão de conflito sustenta, mais uma vez, a tese da complexidade envolvida na implantação do OP estadual.” (Cláudia Feres Faria - p. 218)

“Uma nova utopia democrática”

“...Assim, um sistema de participação atual deve ser sofisticado, multifacetado e priorizar o compartilhamento, ampliando o acesso aos códigos do Estado e reconhecendo diversas formas de mobilização e participação. Não há por que definir um instrumento mais ou menos importante. A participação presencial deve combinar-se com a virtual”.

João Motta - Secretário do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã

Vinícius Wu - chefe de gabinete do Governador e Coordenador do Gabinete Digital

Histórico da elaboração das peças orçamentárias 1999 - 2011

| | | |
|---|--|---|
| Orçamento Participativo OP | Processo de Participação Popular - PPP/CP Consulta Popular | Participação Popular e Cidadã - PPC |
| Governo Olívio Dutra 1999 - 2002 | Governos Rigotto e Yeda 2003 - 2010 | Governo Tarso Genro 2011 - 2014 |
| Coordenadores Regionais nas 22 Regiões (gabinete do governador) | - | Coordenadores regionais da Participação Popular e Cidadã nas 28 Regiões (funcionários da Seplag) |
| PLANO PLURIANUAL - PPA | | |
| - | - | Fórum Regional dos órgãos do governo para preparar o processo |
| Seminário Estadual entre Governo e Coredes – em abril de 1999 | | Criação do PPA Participativo |
| | | Criação do Conselho Estadual do PPA Participativo |

Histórico da elaboração das peças orçamentárias 1999 - 2011

| | | |
|-------------------------------------|---|-------------------------------------|
| Orçamento Participativo OP | Processo de Participação Popular - PPP/CP Consulta Popular | Participação Popular e Cidadã - PPC |
| Governo Olívio Dutra 1999 - 2002 | Governos Rigotto e Yeda 2003 - 2010 | Governo Tarso Genro 2011 - 2014 |

ORÇAMENTO

| | | |
|---|---|---|
| Orçamento Participativo | Processo de Participação Popular - Consulta Popular | Participação Popular e Cidadã Orçamento Anual 2012 |
| | Comissão Geral da Consulta Popular : coordenada pelo Vice-Governador, com 7 integrantes do governo e 7 da sociedade | |
| Responsabilidade do Governo | Responsabilidade dos Coredes e dos Comudes para organizar a consulta popular | Responsabilidade do Governo e dos Coredes - através de Coordenações Estadual, Regionais e Municipais da Participação Popular e Cidadã |
| Plenárias Preparatórias - Com a função de divulgar as informações básicas sobre a dinâmica do OP estadual para aqueles que seriam, posteriormente, os multiplicadores da idéia. | - | Atividades preparatórias: Seminários Regionais do PPA Participativo |

Histórico da elaboração das peças orçamentárias 1999 - 2011

| | | |
|--|--|---|
| Orçamento Participativo OP | Processo de Participação Popular - PPP/CP Consulta Popular | Participação Popular e Cidadã – PPC |
| Governo Olívio Dutra 1999 - 2002 | Governos Rigotto e Yeda 2003 - 2010 | Governo Tarso Genro 2011 - 2014 |

ORÇAMENTO

| | | |
|---|---|---|
| 1. Plenárias Regionais de Diretrizes (PRD); Assembleias Temáticas de Desenvolvimento (ATD) | 1. Audiências Públicas Regionais | 1. Audiências públicas regionais - nas 28 regiões |
| 2. Assembleias Públicas Municipais (APMs) | 2. Assembleias públicas municipais | 2. Assembleias municipais e microrregionais – mais de 400 |
| 3. Duas Plenárias Regionais de Delegados (PRD) | 3. Assembleias públicas regionais ampliadas | 3. Fóruns Regionais da Participação Popular e Cidadã |
| 4. | 4. Dia da Consulta Popular | 4. Dia da Votação das Prioridades |
| 5. Conselho do Orçamento Participativo – COP-RS | | 5. Fórum Estadual da Participação Popular e Cidadã (conselho do PPA, Coordenação Estadual e eleitos nos Fóruns Regionais) |

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA – Lei 13.601 – de 1º de janeiro de 2011

Competências da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação:

I - coordenar a elaboração e exercer o monitoramento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária anual;

II - promover estudos e pesquisas socioeconômicos;

III - fortalecer a capacidade regulatória do Estado;

IV - coordenar as relações do Governo com a comunidade, estimulando a participação popular nas atividades de discussão, elaboração e execução do orçamento e das políticas públicas, promovendo as relações comunitárias dos diversos órgãos do Governo;

V - apoiar o planejamento de ações do Governo, incluindo a instituição de metas e indicadores;

VI - produzir e analisar estatísticas e dados.

SISTEMA



Entradas

1. Manifestações (gerais) dos cidadãos e da sociedade civil organizada
 - 1.1 Coredes
 - 1.2 Gabinete digital
 - 1.3 Portal da Participação
 - 1.4 Ouvidorias
 - 1.5 Casas da Participação
 - 1.6 Salas da Participação
 - 1.7 Cadastro de Usuários Voluntários - CUV
 - 1.8 Documentos e Comentários
 - 1.9 Nós Podemos RS – Núcleo Estadual dos ODMs
 - 1.10 Movimentos Sociais

Entradas

2 Conselhos (e conferências)

2.1 Agendas dos Conselhos

2.2 Convocações das conferências nacionais, estaduais e municipais

2.3 Deliberações/proposições das conferências nacionais, estaduais e municipais

Entradas

3 Demandas via peças orçamentárias

3.1 PPA Participativo

3.2 Orçamento

3.3 PPAs federal, estaduais e municipais

3.4 LOAs federal, estaduais e municipais

3.5 Acompanhamento/monitoramento/control social dos projetos e projetos estratégicos

Entradas

4. Estudos, pesquisas e reflexões

4.1 Pesquisa sobre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs

4.2 Perfil das regiões

4.3 Planejamentos Estratégicos das regiões

4.4 Programa de Governo

4.5 Seminários do Sistema

4.6 Seminários regionais

Processamento

1. Coordenação Estadual da Participação Popular e Cidadã
2. Coordenações Regionais da Participação Popular e Cidadã
3. Coordenações Municipais da Participação Popular e Cidadã
4. Conselho Estadual do PPA Participativo
5. Fórum Regional da Participação Popular e Cidadã
6. Fórum Estadual da Participação Popular e Cidadã
7. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Processamento

- Instâncias -

1. Coordenação Estadual da Participação Popular e Cidadã: formada por integrantes do governo e integrantes dos Coredes ;
2. Coordenações Regionais da Participação Popular e Cidadã: formadas pelos coordenadores regionais da Seplag (e do governo), por integrantes das Direções dos Coredes e por outros representantes regionais);
3. Coordenações Municipais da Participação Popular e Cidadã: formadas pelos integrantes dos Comudes e de representantes das Coordenações Regionais
4. Conselho Estadual do PPA Participativo: (com regimento interno)

Processamento

- Conselho Estadual do PPA Participativo -

- **DEFINIÇÃO**

Instância representativa da sociedade gaúcha, eleita pelos seminários regionais do PPA Participativo, pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, pelos conselhos setoriais de políticas e de direitos e integrada também por representantes do governo do estado.

- **COMPOSIÇÃO**

- um conselheiro titular e um suplente natos escolhidos por Corede
- um conselheiro titular e um suplente por Corede escolhido pelos participantes do Seminário;
- um conselheiro titular e um suplente por Conselho Setorial Estadual de Direitos e de Políticas;

- **ATRIBUIÇÕES:**

- Apreciar, emitir opinião e validar a proposta do PPA do governo do estado, para encaminhamento a Assembleia Legislativa do Estado;
- Acompanhar a execução do PPA 2012-2015.

Processamento

- Fórum Estadual da participação Popular e Cidadã -

Art. 9º - Na quinta etapa serão realizados debate e validação do Orçamento Estadual 2012, no Fórum Estadual da Participação Popular e Cidadã, constituído por representantes eleitos nas regiões, pela Coordenação Estadual, pelo Fórum dos Coredes e pelo Governo.

(Regimento Interno do processo do Orçamento Estadual 2012). Disponível em http://www.participa.rs.gov.br/upload/20110620132836regimento_interno_orcamento2012.pdf

Processamento

- Coordenadores Regionais da Participação Popular e Cidadã -

Atribuições

- Coordenar as relações do Governo com a comunidade da região;
- Coordenar a discussão e a elaboração do PPA e do orçamento público do estado, de forma participativa na região;
- Assessorar e orientar a comunidade regional, prefeituras, instituições e demais entidades quanto aos critérios estabelecidos na legislação orçamentária do estado;
- Dirigir, promover e coordenar a integração dos órgãos do Governo na região;
- Acompanhar a elaboração e execução das políticas públicas na região;
- Representar a SEPLAG com vistas ao desenvolvimento regional;
- Representar o Governo do Estado na região para o qual for designado, quando solicitado;
- Assessorar a atuação do Governo na região;
- Estabelecer e fortalecer as relações do Governo do estado com as instituições da região;
- Assessorar o Governo do Estado para assegurar o efetivo funcionamento dos conselhos setoriais e de direitos na região.

Saídas

1. Mapas Estratégicos – geral e setoriais
2. Projeto de lei do PPA
3. Projeto de lei das diretrizes orçamentárias - LDO
4. Projeto de lei do orçamento – LOA
5. Consulta Popular/Votação das Prioridades
6. Cartas de Concertação
7. Recomendações do CDES ao Governador
8. Respostas a todas as demandas do cidadão

APERFEIÇOAMENTO DA LEI DA CONSULTA POPULAR A PARTIR DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

“Dois pontos cabem ser ressaltados no período (Rigotto). O primeiro foi a parceria Coredes/Governo para a construção da proposta da nova consulta, o PPP/CP (Processo de Participação Popular da Consulta Popular), um modelo híbrido entre o OPE e a CP/1998. O PPP/CP incorpora vários elementos do processo do OPE, como as Assembleias Públicas Municipais e as Assembleias Ampliadas Regionais”.

- ALLEBRANDT, Sérgio Luís. Cidadania e Gestão do Processo de Desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009. UNISC. P 277

Cinco principais desafios para a criação do Sistema:

1. Atores da sociedade civil devem poder acompanhar a execução do orçamento;
2. A unidade de participação na elaboração do orçamento deve ser a unidade regional;
3. Realizar articulação regional que integre entidades existentes com os movimentos populares;
4. Coordenação das formas de participação;
5. Realização de uma conferência anual ou semestral de integração da participação popular. Deve ser evitada a multiplicação setorial das formas de participação.

O Rio Grande do Sul é o estado que está na melhor condição de criar um sistema estadual de participação e acredito que sua criação passa por esses cinco pontos.

Leonardo Avritzer (1º Seminário Participação” – 24 e 25 de fevereiro

“Bases conceituais do Sistema de 2011)

Plano Plurianual 2012-2015

- Ação da SEPLAG:

“Implantar o Sistema de Participação”

“DESCRIÇÃO: Implantar o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã que propicie um novo modelo de relação estado-sociedade, que leve em conta os processos participativos utilizados no Estado, com a participação de todos os cidadãos, bem como a qualificação dos processos participativos através da coordenação dos diferentes atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado, valorizando o Planejamento e que leve em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.”

Os principais pontos que formam o Sistema de Participação Popular e Cidadã

1. A adoção do planejamento de médio e longo prazo;
2. Plenárias Públicas de participação abertas;
3. O voto direto universal;
4. Garantia do acompanhamento e do controle da execução das obras, serviços e políticas;
5. A região (território) é uma unidade de participação;
6. Deliberação sobre a totalidade dos investimentos, compatibilizadas com as prioridades estratégicas e as definições de ordem legal;
7. A criação e o desenvolvimento de sistema informatizado de dados e de comunicação;

Os principais pontos que formam o Sistema de Participação Popular e Cidadã

8. Estímulo à participação virtual, que torne dinâmicos a escuta e o diálogo entre governo e cidadãos;
9. A presença estruturada do governo nas regiões;
10. Criação das Casas da Participação nas regiões;
11. A criação de condições para a participação de todo o movimento social;
12. Coordenação das formas de participação existentes na sociedade e no governo para evitar sua sobreposição;
- 13.** Atenção com a qualidade da representação das instâncias;
14. Consideração pelos **conselhos estaduais de políticas e de direitos** como entidades híbridas qualificadas no diálogo sobre os temas fundamentais da cidadania.

**PARTICIPANTES NO PROCESSO DE DISCUSSÃO E
ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - 1999 - 2002**
- Governo Olívio Dutra -

| ANO | PARTICIPANTES | % DOS PARTICIPANTES SOBRE TOTAL DE ELEITORES |
|------------|----------------------|---|
| 1999 | 188.528 | 3,24 |
| 2000 | 281.926 | 4,84 |
| 2001 | 378.340 | 6,50 |
| 2002 | 333.040 | 5,30 |
| | | |

ELEITORES DA CONSULTA POPULAR - 2003- 2006

- Governo Rigotto -

| ANO | ELEITORES | % PARTICIPANTES SOBRE TOTAL DE ELEITORES |
|------|-----------|---|
| 2003 | 462.299 | 7,36 |
| 2004 | 581.115 | 9,26 |
| 2005 | 674.075 | 10,74 |
| 2006 | 726.980 | 10,98 |

ELEITORES DA CONSULTA POPULAR - 2007-2010

- Governo Yeda -

| ANO | ELEITORES | % DOS VOTANTES SOBRE O TOTAL DE ELEITORES |
|------|-----------|---|
| 2007 | 369.417 | 5,60 |
| 2008 | 478.310 | 7,14 |
| 2009 | 950.077 | 14,18 |
| 2010 | 1.217.067 | 18,00 (estimado) |

PARTICIPANTES NO PROCESSO DE DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - 2007 - 2010 - Governo Tarso Genro

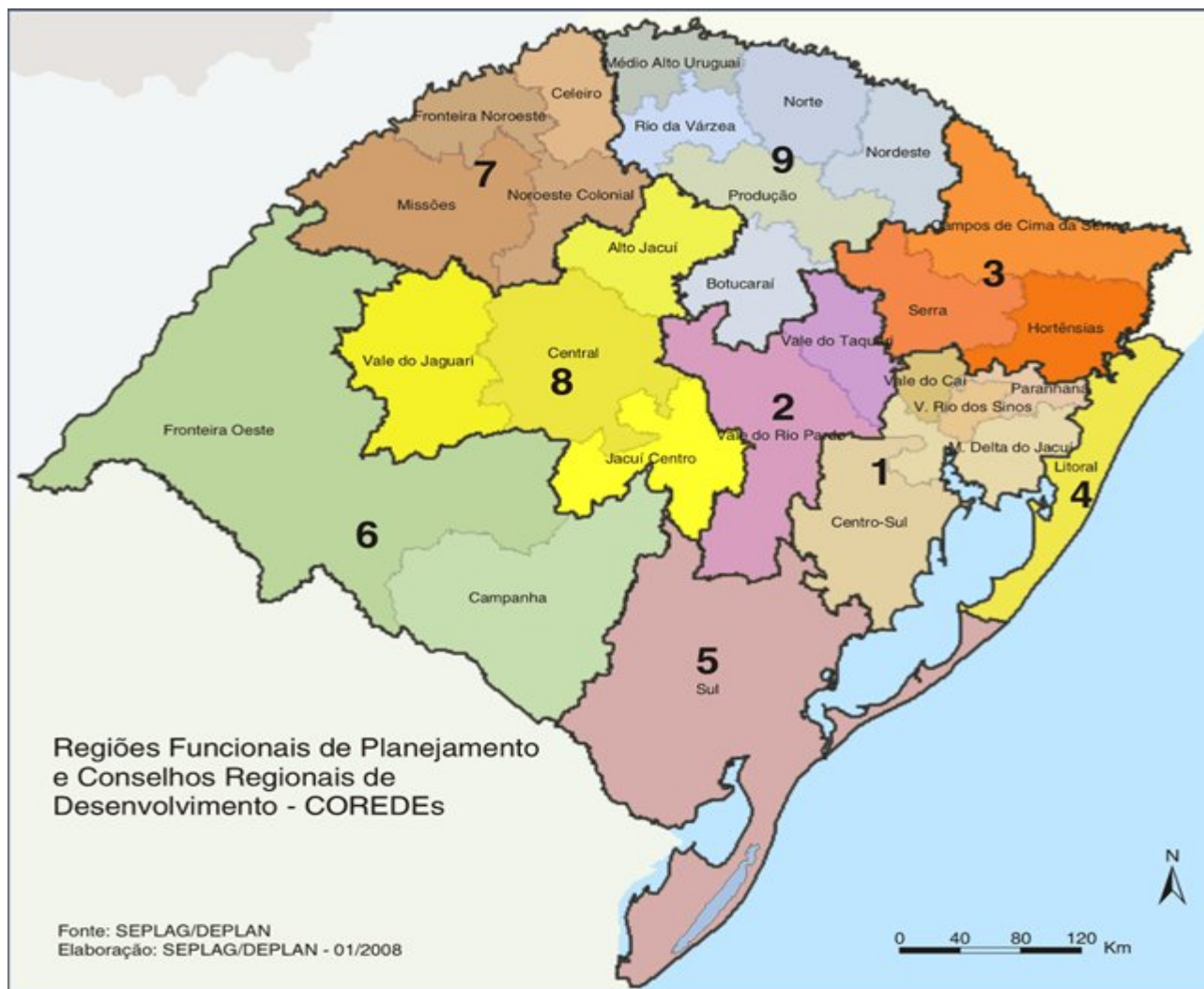
| ANO | PARTICIPANTES NAS ETAPAS 1, 2, 3 | ELEITORES VOTAÇÃO DAS PRIORIDADES | Eleitores em Cédula impressa | Eleitores via internet | % DOS VOTANTES SOBRE O TOTAL DE ELEITORES |
|------|----------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|------------------------|---|
| 2011 | 60.000 | 1.134.141 | 998.145 | 135.996 | 14% |
| 2012 | | | | | |
| 2013 | | | | | |
| 2014 | | | | | |

PARTICIPANTES NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2012 - 2015

| ANO | PARTICIPANTES | INSTITUIÇÕES | INTERNET |
|------|-----------------------|--------------|-------------------------|
| 2011 | 6.000 (lideranças) | 350 | 12 mil manifestações |
| 2012 | | | |
| 2013 | | | |
| 2014 | | | |

MAPA OFICIAL DO PLANEJAMENTO DO RS

9 Regiões Funcionais de Planejamento e 28 Regiões geográficas correspondentes aos 28 Coredes



PORTAL DA PARTICIPAÇÃO

www.participa.rs.gov.br

GABINETE DIGITAL

(Gabinete do governador)

- É um novo espaço de participação que tem como objetivo estimular uma nova cultura na gestão pública, por meio do estabelecimento de canais de diálogo e colaboração com a sociedade a partir do uso das ferramentas digitais. Ferramentas:
 - Agenda Colaborativa
 - Governador escuta
 - Governador responde
 - Cultura digital